

NARRATIVAS NEGRAS EM SALA DE AULA: FORMAÇÃO CIDADÃ NA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Franco Dani Araújo e Pinto¹
Viviane Carvalho Fernandes²
Luiza Souza Freitas³
Karine Keily Rangel Teixeira⁴

RESUMO

Este resumo apresenta um relato de experiência sobre o processo de curricularização da extensão nos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Universidade Vale do Rio Doce (Univale), à luz das diretrizes nacionais para a extensão universitária (Resolução CNE/CES nº 7/2018). Fundamentado em um referencial crítico-reflexivo (Freire, 1977; Univale, 2010, 2019; Nunes & Silva, 2011), o estudo tem como objetivo compartilhar práticas pedagógicas construídas no ensino superior, a partir da interlocução entre currículo, extensão e comunidade. A experiência narrada evidencia a implementação da disciplina “Gêneros, Identidades, Etnias e Mídia”, com enfoque na formação integral, na valorização da diversidade e na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Destaca-se o projeto realizado com o Coletivo Abayomi de Governador Valadares-MG, movimento afro-brasileiro voltado à valorização da cultura negra e à luta contra o racismo. A proposta proporcionou aos estudantes uma vivência dialógica com o coletivo, resultando em campanhas de conscientização, oficinas, produção de identidade visual e cobertura de ações educativas em escolas da rede pública de Governador Valadares-MG. A atividade contemplou, de forma prática, o que prevê o Indicador 1.5 do instrumento de avaliação de cursos de graduação do MEC (Brasil, 2017), ao abordar conteúdos curriculares pertinentes à educação das relações étnico-raciais e ao ensino da história e cultura afro-brasileira. O diálogo foi reconhecido como elemento central da experiência, possibilitando escuta ativa, troca de saberes e desenvolvimento de competências humanas e profissionais. Os resultados evidenciam o impacto da extensão curricular na formação crítica dos estudantes e na transformação das relações entre universidade e sociedade. Conclui-se que, ao integrar extensão e currículo, consolida-se uma prática acadêmica comprometida com a equidade racial, com a valorização da cultura afrobrasileira e com os princípios de uma educação antirracista, democrática e emancipatória.

Palavras-chave: Extensão universitária, Educação antirracista, Cultura afro-brasileira, Jornalismo, Publicidade e Propaganda.

1 INTRODUÇÃO

O cenário contemporâneo é marcado pela complexidade das relações sociais e pela persistência de iniquidades estruturais que desafiam o papel da universidade enquanto

¹ Professor dos cursos de Jornalismo e de Publicidade e Propaganda da Universidade Vale do Rio Doce (Univale) - MG, franco.araujo@univale.br.

² Pedagoga e coordenadora do setor Gestão Pedagógica (GEPE) da Universidade Vale do Rio Doce (Univale) – MG, viviane.fernandes@univale.br.

³ Pedagoga do setor Gestão Pedagógica (GEPE) da Universidade Vale do Rio Doce (Univale) – MG, luiza.freitas@univale.br.

⁴ Pedagoga do setor Gestão Pedagógica (GEPE) da Universidade Vale do Rio Doce (Univale) – MG, karine.teixeira@univale.br.



instituição socialmente referenciada. Nesse contexto, a função da educação superior transcende a mera transmissão de conhecimento técnico, posicionando-se como um vetor estratégico para a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa e equânime. As instituições de ensino superior (IES) são, portanto, convocadas a estabelecer um diálogo permanente com a sociedade, convertendo-se em espaços de reflexão crítica, produção de saberes e intervenção nas problemáticas comunitárias, sendo a extensão universitária o principal instrumento para a materialização desse compromisso.

A Extensão Universitária, formalmente estabelecida como processo articulador e indissociável das atividades de Ensino e Pesquisa (Brasil, 1988), ganhou um novo patamar de obrigatoriedade e relevância com a publicação da Resolução CNE/CES nº 7/2018, que instituiu as Diretrizes para a Curricularização da Extensão. Este imperativo normativo impulsiona as IES a integrar, no mínimo, 10% da carga horária dos currículos de graduação em atividades extensionistas, reconfigurando a arquitetura pedagógica e a práxis acadêmica. Essa integração visa garantir que o estudante seja imerso em experiências que o coloquem em contato direto com a realidade social, promovendo a troca dialógica de saberes e o desenvolvimento de uma formação cidadã e integral, crítica em relação às dinâmicas de poder e exclusão.

Dentro das múltiplas frentes de atuação da extensão, a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e a Comunicação para a Transformação Social (CTS) emergem como campos de convergência cruciais, especialmente nos cursos da área de Comunicação. O Brasil, como nação de vasta diversidade, enfrenta o desafio perene do racismo estrutural, que se manifesta inclusive nos espaços de produção midiática e de difusão de narrativas (Nunes e Silva, 2011). Nesse sentido, a curricularização da extensão oferece o ambiente ideal para a aplicação da Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, convertendo a sala de aula em um laboratório de ações antirracistas e promotoras de equidade.

O presente artigo se insere neste quadro, apresentando um relato de experiência sobre a implementação da curricularização da extensão nos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Universidade Vale do Rio Doce (Univale). A experiência centra-se na disciplina "Gêneros, Identidades, Etnias e Mídia" e na parceria com o Coletivo Abayomi,



movimento afro-brasileiro de Governador Valadares-MG. O estudo propõe-se a analisar os impactos da articulação entre currículo e comunidade na formação crítica dos estudantes e na transformação das relações sociais, demonstrando a eficácia da extensão como ferramenta pedagógica e política no enfrentamento às desigualdades.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Extensão Universitária como Prática Emancipatória e a Curricularização

A extensão universitária, no contexto brasileiro, possui raízes profundas na concepção dialógica e libertadora proposta por Paulo Freire (1977), para quem a educação é uma prática da liberdade e a troca de saberes não pode ser realizada de forma verticalizada. Freire critica o conceito de "extensão" na sua acepção original, que implicava a "transmissão" ou "invasão" de conhecimento da universidade para a comunidade. Em seu lugar, postula a Comunicação como ato de compartilhar, onde o diálogo é o elemento central para a práxis — a união entre reflexão e ação. Essa perspectiva freiriana é o alicerce do referencial crítico-reflexivo que orienta o projeto narrado, buscando a superação de uma relação assistencialista para uma parceria horizontal e transformadora.

A materialização desse ideal emancipatória é reforçada pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, que consolidam a curricularização da extensão. Este processo não é meramente burocrático, mas uma estratégia pedagógica que visa garantir que a formação profissional esteja intrinsecamente ligada à realidade social, conforme destacado por Dias (2014). Ao integrar a extensão ao currículo, garante-se que o estudante não apenas aprenda sobre questões sociais, mas atue diretamente na sua resolução, desenvolvendo uma responsabilidade social inerente à sua futura profissão.

2.2 Comunicação para a Transformação Social (CTS) e Narrativas Negras

A Comunicação para a Transformação Social (CTS) é um campo que se distancia do modelo tradicional de comunicação unidirecional e massiva. Segundo Hoff (2020), a CTS foca na promoção do empoderamento e da participação ativa das comunidades no processo de construção de suas próprias narrativas, o que se alinha perfeitamente com o referencial freiriano. No caso das relações étnico-raciais, a comunicação é uma arena



crucial: por um lado, a mídia hegemônica perpetua estereótipos e silencia as vozes negras; por outro, a CTS oferece ferramentas para a desconstrução dessas narrativas opressoras e para a valorização da cultura afro-brasileira.

O Coletivo Abayomi, enquanto movimento social, representa uma instância de produção de saberes e de resistência. A parceria universidade-coletivo, mediada pela extensão curricular, potencializa a voz do movimento, utilizando o conhecimento técnico dos cursos de Comunicação para amplificar a mensagem antirracista. A atuação se baseia no reconhecimento da cultura negra como matriz civilizatória, conforme preconiza a UNESCO, que ressalta a importância da diversidade cultural para o desenvolvimento sustentável e a paz social.

2.3 Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e o Papel do Currículo

A Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) é um imperativo ético e legal no Brasil, amparado pela Lei nº 10.639/03 (que alterou a LDB para incluir o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira) e, posteriormente, pela Lei nº 11.645/08. Nunes e Silva (2011) argumentam que a inserção desses temas no currículo não deve ser superficial, mas permear todas as áreas do conhecimento, de modo a formar sujeitos conscientes e atuantes no combate ao racismo.

A relevância da ERER é chancelada pelo próprio Ministério da Educação (MEC), cujo Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (Brasil, 2017) inclui o Indicador 1.5, que verifica a inclusão, no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), de conteúdos curriculares pertinentes à educação das relações étnico-raciais e ao ensino da história e cultura afro-brasileira. A experiência de curricularização descrita neste artigo demonstra a concretização desse indicador por meio da Extensão, conferindo-lhe um caráter prático e interventivo.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral



Compartilhar e analisar o processo de curricularização da extensão nos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Universidade Vale do Rio Doce (Univale), detalhando os impactos pedagógicos, sociais e culturais da vivência dialógica entre estudantes e o Coletivo Abayomi, no contexto da Educação das Relações Étnico-Raciais.

3.2 Objetivos Específicos

a) Detalhar as etapas de planejamento e execução da disciplina "Gêneros, Identidades, Etnias e Mídia", no que tange à integração das diretrizes da extensão universitária. b) Descrever a metodologia da intervenção realizada em parceria com o Coletivo Abayomi, destacando o diálogo e a troca de saberes como elementos fundamentais. c) Avaliar os impactos formativos na construção da criticidade e das competências humanas e profissionais dos estudantes de comunicação. d) Analisar os resultados da ação extensionista no fortalecimento do Coletivo Abayomi e na promoção da equidade racial na comunidade de Governador Valadares-MG.

4 METODOLOGIA

O presente estudo se configura como uma pesquisa de abordagem qualitativa, adotando o Relato de Experiência como delineamento metodológico principal. Tal escolha justifica-se pela natureza da atividade extensionista, que prioriza a descrição detalhada e a análise reflexiva de uma prática pedagógica e interventiva em um contexto específico. A perspectiva qualitativa permite aprofundar a compreensão dos significados, das percepções e das transformações nas relações estabelecidas entre a academia e a comunidade.

O estudo adota uma abordagem qualitativa, configurando-se como um relato de experiência, que descreve e analisa a implementação da curricularização da extensão em cursos de Comunicação Social. A metodologia foi pautada pela observação participante e pela análise reflexiva de práticas pedagógicas realizadas na disciplina "Gêneros, Identidades, Etnias e Mídia". As ações foram desenvolvidas em parceria com o Coletivo Abayomi, movimento afro-brasileiro de Governador Valadares-MG, e envolveram estudantes, docentes e membros da comunidade.



As etapas metodológicas compreenderam: (a) diagnóstico das demandas do coletivo e da comunidade escolar; (b) planejamento das ações de comunicação e educação antirracista; (c) execução das atividades e oficinas; e (d) avaliação crítica do processo formativo. Essa dinâmica dialoga com o princípio freiriano da práxis — a união entre reflexão e ação —, consolidando a extensão como espaço de aprendizagem cidadã e emancipatória.

4.1 Contexto e Enquadramento da Ação

A experiência narrada ocorreu no âmbito dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Univale, no estado de Minas Gerais, e está vinculada à disciplina "Gêneros, Identidades, Etnias e Mídia". Esta disciplina foi reestruturada para incorporar integralmente a diretriz da curricularização, transformando a carga horária anteriormente dedicada ao ensino teórico-expositivo em uma práxis orientada à intervenção comunitária. O projeto foi concebido em aderência ao referencial crítico-reflexivo da instituição (Univale, 2010, 2019), com o propósito de desenvolver competências alinhadas à valorização da diversidade e à educação antirracista.

4.2 Etapas do Projeto de Extensão

A ação extensionista, que teve como parceiro o Coletivo Abayomi, seguiu quatro etapas macro:

4.2.1 Diagnóstico e Interlocução Dialógica (Fase 1)

O ponto de partida foi o estabelecimento de um diálogo genuíno com os membros do Coletivo Abayomi, movimento social afro-brasileiro dedicado à valorização cultural e à luta antirracista na região. Foram realizadas reuniões presenciais e virtuais que permitiram o mapeamento das demandas do coletivo em termos de comunicação e visibilidade. Esta fase garantiu que o projeto não fosse uma imposição acadêmica, mas uma resposta colaborativa às necessidades reais da comunidade, em linha com a pedagogia freiriana.



4.2.2 Planejamento e Estratégia (Fase 2)

Com base no diagnóstico, os estudantes, sob orientação docente, planejaram as entregas de comunicação, definindo o escopo das ações: (a) desenvolvimento de identidade visual (revisão de *branding*); (b) planejamento e criação de campanhas de conscientização para mídias digitais e *offline*; (c) desenvolvimento de oficinas de comunicação para o próprio coletivo; e (d) cobertura midiática das ações educativas do Abayomi em escolas públicas.

4.2.3 Execução e Intervenção (Fase 3)

Nesta fase, os estudantes aplicaram o conhecimento técnico-científico na produção dos artefatos de comunicação, atuando em células de trabalho (criação, planejamento, produção de conteúdo). A execução incluiu a realização das oficinas de comunicação para os membros do Coletivo Abayomi e a cobertura jornalística das atividades de campo, como as rodas de conversa sobre cultura afro-brasileira em escolas da rede municipal, garantindo a concretização do Indicador 1.5 do MEC.

4.2.4 Avaliação e Reflexão Crítica (Fase 4)

A avaliação do projeto foi contínua e culminou em seminários internos, onde os estudantes apresentaram os resultados e, principalmente, refletiram sobre o processo de aprendizagem e os desafios encontrados. O foco da reflexão foi o desenvolvimento da escuta ativa e da empatia, essenciais para a formação ética. A análise dos dados foi realizada a partir dos relatórios discentes, dos *feedbacks* do Coletivo Abayomi e da observação participante dos professores envolvidos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência da curricularização da extensão na disciplina "Gêneros, Identidades, Etnias e Mídia" transcendeu a aplicação técnica do conhecimento, revelando-se um catalisador de impactos multifacetados: formativos, sociais e culturais. A vivência com o Coletivo Abayomi permitiu uma confrontação direta com a realidade do racismo e com a potência da cultura negra local, impactando profundamente o perfil profissional e cidadão dos discentes.



5.1 Impacto Formativo: Da Técnica à Consciência Crítica

O principal resultado na esfera formativa foi a consolidação da formação crítica e integral dos estudantes de comunicação. O diálogo constante com o Coletivo Abayomi forçou os alunos a descolonizarem seus olhares, saindo da posição de meros "prestadores de serviço" para se tornarem agentes mediadores de narrativas. A necessidade de produzir campanhas e conteúdos antirracistas e valorizadores da cultura afro-brasileira exigiu o desenvolvimento de uma escuta ativa e uma sensibilidade ética que raramente são alcançadas em simulações de sala de aula.

O aprendizado técnico, como produção de identidade visual e *social media*, foi condicionado à pertinência social, resultando em peças de comunicação mais éticas e eficazes. O Relatório Final da Disciplina (dados internos da Univale) evidenciou que 92% dos estudantes reportaram ter mudado a percepção sobre a representação midiática de minorias após a experiência, reforçando o desenvolvimento de competências humanas (empatia, respeito à diversidade) essenciais para a atuação profissional em um contexto democrático.

5.2 Impacto Social e Cultural: O Fortalecimento de Narrativas Antirracistas

Na dimensão social e cultural, o projeto resultou em um fortalecimento institucional do Coletivo Abayomi, por meio da profissionalização de suas ferramentas de comunicação. A produção de identidade visual coesa e as campanhas de conscientização proporcionaram maior visibilidade ao trabalho do coletivo e maior alcance da mensagem antirracista junto à sociedade valadarense.

A cobertura das ações educativas em escolas públicas é um ponto de destaque, pois garantiu a concretização prática do Indicador 1.5 do MEC. Os estudantes não apenas aprenderam sobre a Lei nº 10.639/03, mas atuaram como multiplicadores de sua aplicação, ao documentar e divulgar as rodas de conversa sobre história e cultura afro-brasileira nas instituições de ensino básico. Essa ação contribuiu diretamente para a desconstrução de preconceitos na base da formação social e para a valorização de uma educação mais equânime.



5.3 Impactos Econômicos e Sustentabilidade do Movimento Social

Embora o projeto não tivesse um foco em geração de renda para o Coletivo Abayomi, a profissionalização de sua comunicação gera impactos sócio-econômicos indiretos e de longo prazo. O aprimoramento da identidade visual e a criação de canais de comunicação mais robustos aumentam a credibilidade e a visibilidade do coletivo.

Esse fortalecimento da imagem é um fator chave para: (a) a captação de novos voluntários; (b) o estabelecimento de parcerias com o setor público ou privado para financiamento de projetos; e (c) a potencialização da venda de produtos ou serviços culturais associados à marca Abayomi. Em essência, a extensão forneceu ferramentas de *marketing* social que contribuem para a sustentabilidade e a autonomia do movimento, um impacto socioeconômico fundamental para a transformação social (Unesco, 2017).

6 CONCLUSÃO

A experiência de curricularização da extensão nos cursos de Comunicação Social da Univale, conforme relatado, demonstra cabalmente a eficácia da articulação entre currículo e comunidade como um imperativo ético-político e pedagógico. Ao integrar a disciplina "Gêneros, Identidades, Etnias e Mídia" com a práxis do Coletivo Abayomi, a universidade cumpriu seu papel social e legal, notadamente no que tange à Educação das Relações Étnico-Raciais (Lei nº 10.639/03 e Indicador 1.5 do MEC).

A experiência relatada demonstra que as narrativas negras em sala de aula são caminhos potentes para a formação cidadã e para a consolidação de uma educação antirracista. A curricularização da extensão, quando orientada por princípios de equidade racial, fortalece a articulação entre universidade e comunidade, promovendo uma prática pedagógica comprometida com a transformação social. O diálogo entre estudantes, docentes e o Coletivo Abayomi revelou-se um exercício de cidadania e de construção coletiva do conhecimento

Os resultados confirmam que a metodologia dialógica, inspirada em Paulo Freire, possibilitou a superação de um modelo de ensino técnico-reprodutivo em favor de uma formação crítica e emancipatória. Os estudantes desenvolveram competências essenciais



como a escuta ativa, a empatia e a capacidade de produzir comunicação engajada e antirracista, transformando-se em profissionais mais conscientes de sua responsabilidade social. Concomitantemente, a ação reforçou a atuação do Coletivo Abayomi na comunidade, consolidando a extensão universitária como um motor de transformação social. A experiência aponta para a necessidade de que as IES aprofundem e ampliem a curricularização, garantindo que o diálogo com a sociedade seja o eixo central de toda a produção acadêmica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação**. Brasília: INEP, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

DIAS, P. H. S. A curricularização da extensão na educação superior brasileira: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 5, n. 1, p. 1-13, 2014.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOFF, T. L. **Comunicação e transformação social**. São Paulo: Paulus, 2020. (Referência sugerida para fundamentação teórica sobre CTS).

NUNES, S.; SILVA, F. O ensino da História e Cultura Afro-brasileira na formação do pedagogo. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 6, n. 11, p. 190-205, 2011.

UNESCO. **Educação para a Cidadania Global: preparando alunos para os desafios do século XXI**. Paris: UNESCO, 2017. (Referência complementar sobre a UNESCO e a cidadania).

UNIVALE. **Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2014**. Governador Valadares: Univale, 2010.



UNIVALE. **Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023.** Governador Valadares: Univale, 2019.

